



EIXO: FORMAÇÃO E TRABALHO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ETNOEDUCACIONAL, INTERCULTURAL, AMBIENTAL E DE MIGRANTES

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DISCUTINDO A INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS

Aglaia Muritiba Carneiro Oliveira

UFRB/PPGECID

aglaia.muritiba@yahoo.com.br

Irenilson Patrício dos Santos

UFRB/PPGECID

patricius_ba@hotmail.com

Nanci Rodrigues Orrico

UFRB/PPGECID

nanciorrico@ufrb.edu.br

Resumo

A educação lida com desafios e mudanças constantes na sociedade, o que vem transformando os aspectos do pensar, do agir e do sentir das novas gerações que estão chegando às escolas. Nesse contexto, faz-se necessário repensar o trabalho do professor diante de sua formação profissional (inicial e continuada) em meio aos paradigmas emergentes que confrontam o tradicional e desafiam esse educador a promover alterações contínuas nas suas práticas pedagógicas, no sentido de aprimorá-las e torná-las mais inclusivas e alinhadas com o cenário contemporâneo. Nesse sentido, corroboramos com Freire (2022) ao identificar que o ser humano é inacabado, e na formação de professores assume-se que, todos podem aprender, modificar suas práticas, se adaptar para conviver com as diferenças, mudanças sociais e incertezas da profissão. Para Imbernón (2011), a formação inicial dos professores deve prover bases para construção de um conhecimento pedagógico, capacitando-os para reconhecer a prática educativa em toda sua complexidade, valorizando a formação permanente como um campo de habilidades, capacidades e atitudes, diante dos desafios vivenciados através de experiências e da prática profissional. Os desafios tornam-se ainda maiores quando os educadores passam a atuar em sala de aula em que há estudante com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação. E no caso desta investigação, em particular, surge a seguinte inquietação: como estão as pesquisas acadêmicas, no âmbito da pós-graduação *strictu sensu*, acerca da formação e atuação do professor para trabalhar com estudante Surdo em sala aula? Sabe-se que para o sujeito Surdo, de natureza viso-espacial, o

processo educacional acontece com base na sua forma própria de perceber e de se expressar no mundo. De acordo com Mantoan (2003), na preparação de professores para a inclusão, a mudança é muito mais complexa do que se pensa e quando refletimos sobre os processos de inclusão e escolarização de estudantes Surdos, as mudanças das práticas docentes perpassam por uma concepção bilíngue. Segundo Quadros (1997), o bilinguismo é uma proposta de ensino de duas línguas que, no caso dos Surdos, são: a Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua (L1), e a Língua Portuguesa (LP) escrita, como segunda língua (L2). Isso atualmente está amparado pela Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre a educação bilíngue como um direito assegurado ao estudante surdo, com início na educação infantil e se estendendo ao longo da vida (Brasil, 2021). Para Quadros (2004), o aprendizado do Surdo se dá através das experiências visuais. Acrescenta-se, ainda, que a pessoa Surda, assim como a ouvinte, possui suas peculiaridades para a aquisição e produção do conhecimento, bem como a construção da sua subjetividade (Alvez, 2010). É importante salientar que, diante das singularidades, as práticas de ensino dos Surdos precisam estar apoiadas em recursos visuais, concretos, no uso da Libras e no compartilhamento de saberes que oportunizem o educando a aprender de forma significativa. Isso é uma forma de ratificação da construção identitária, de consciência, pertencimento e de apropriação da Libras como o a L1 para a pessoa Surda, conforme destacam Skliar (2013) e Spinelli Gobbes (2021). No decorrer da história da educação para pessoas Surdas algumas conquistas a respeito das políticas educacionais e garantias de direitos foram alcançadas, como o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, conhecida como a Lei de Libras, estabelecendo a obrigatoriedade da disciplina Libras nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério (Brasil, 2005). No entanto, ainda observamos: espaços escolares inadequados, ausência da Libras na interação natural com as pessoas Surdas, práticas pedagógicas descontextualizadas, carência de formação especializada, barreiras atitudinais, entre outros desafios enfrentados por esses sujeitos em seu processo de inclusão e escolarização. Nesse sentido, este estudo objetiva refletir sobre o que dizem as pesquisas acadêmicas, dissertações e teses brasileiras, do período de 2019 a 2024, acerca da formação de professor e sua atuação para trabalhar com estudante Surdo, em sala aula. A partir dessa informação, identificar quais as dificuldades mais significativas, assim como os mecanismos e/ou metodologias aplicados no processo de ensino para com esses estudantes que usam suas mãos para comunicar-se. Como procedimento metodológico, utilizou-se de uma revisão

bibliográfica, através de textos acadêmicos, usando o banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), os quais serviram de aporte teórico e análise. No primeiro momento, considerando o preconizado por Gil (2023) ao propor orientações a respeito da pesquisa bibliográfica, foram inseridos os seguintes descritores: surdo, inclusão, ensino e prática educativa. Sendo encontradas 36 pesquisas (29 dissertações e sete teses), defendidas no período de 2019 a 2024 (últimos cinco anos). Como processo de exclusão, observou-se, nas palavras-chave, se havia algum destes vocábulos: ensino, aprendizagem, formação ou prática. Em decorrência disso, permaneceram 22 estudos, contando 19 dissertações e três teses, oriundos de Universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, espalhados nas cinco regiões do país. Ressalta-se que grande parte dos trabalhos usou estudos de caso, com entrevista semiestruturada como ferramenta. Após as leituras dos resumos, focando nos objetivos, metodologias e análises dos resultados e/ou considerações finais, os estudos mostraram que o professor depara-se com dificuldades, barreiras e incertezas diante de suas práticas pedagógicas para atuar com esses estudantes, além de uma carência significativa de formação continuada para o docente atuar com o estudante Surdo, como a falta de planejamento e utilização de metodologias voltadas para o viso-espacial, o desconhecimento da Libras, da cultura, identidade e singularidades do discente Surdo, dentre outros desafios. E o professor, em seu caminhar formativo, não pode, nem deve eximir-se desse processo. Também ficou evidente que é preciso um trabalho conjunto entre instituição de ensino (gestão, docentes de salas comuns e de atendimento especializado, intérpretes de Libras, servidores técnicos), família e estudante, buscando compreender todos os envolvidos na busca de desenvolverem as estratégias mais adequadas e contextualizadas para a realidade dos discentes envolvidos no processo inclusivo. É importante destacar que os primeiros passos são a vontade de mudar e de aprender, além, claro, de respeitar e entender o outro a partir da perspectiva de cada estudante, reconhecendo-os como pessoas de possibilidades e potencialidades.

Palavras-chave: Formação de professor; Inclusão; Educação de Surdos.

Referências:

ALVEZ, C. B. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** abordagem



bilingue na escolarização de pessoas com surdez / Carla Barbosa Alvez, Josimário de Paula Ferreira, Mirlene Macedo Damázio. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 02 jul. 2024.

_____. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14191.htm. Acesso em: 22 jun. 2025.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional:** formar-se para a mudança e a incerteza/Franciso Imbernón;[tradução Silvana Cobucci Leite]. – 9.ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Coleção questões da nossa época; v.14).

FEIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 73.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003, - (Coleção cotidiano escolar).

QUADROS, R.M. **Educação de Surdos:** a aquisição da linguagem. Porto alegre: Artmed, 1997.

_____. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC ; SEESP, 2004. 94 p. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SKLIAR, C. (org.) (2013). **A surdez:**um olhar sobre as diferenças. 6ª ed. Porto Alegre, RS: Mediação. 2013.

SPINELLI GOBBES, B. **Um novo olhar para o ensino de Língua Portuguesa para surdos:** sequências didáticas de português como segunda língua. 2021. 122 f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação), Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, SP: (s.n.), 2021. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_d04a894ebfc2f13dc6ce1d3f01ef7b54. Acesso em: 23 abr. 2024